

TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DAS POLÍTICAS À PRÁTICA DE ENSINO

TEACHING WORK AT PUBLIC UNIVERSITY: FROM POLICIES TO TEACHING PRACTICE

Camila Alberto Vicente de Oliveira **1**
Fernando Silva dos Santos **2**

Resumo: Nos últimos vinte anos, houve um processo acelerado de expansão do ensino superior no país provocando alterações significativas nas políticas públicas no que tange a organização, trabalho e carreira docente neste nível de ensino. Diante disso, o presente estudo buscou caracterizar o processo de expansão do ensino superior no contexto da tentativa de reforma da educação superior engendrada nos governos Lula da Silva (2003-2010) e seus rebatimentos no trabalho e prática docentes na Universidade. Para tanto, partiu de um aprofundamento no corpus documental do período citado e se apoiou, ainda, em um levantamento do tipo estado do conhecimento realizado nos Anais da ANPEd com vistas a identificar os rebatimentos das políticas de ensino superior na prática de ensino. Como resultado desse projeto de expansão da educação superior é possível notar os impactos no trabalho e na prática docente, uma acentuada precarização das condições laborais e, ainda, um distanciamento dos espaços de organização de classe.

Palavras-chave: Políticas de Ensino Superior. Expansão do Ensino Superior. Prática de Ensino.

Abstract: In the last twenty years, there has been an accelerated process of expansion of higher education in the country, causing significant changes in public policies regarding organization, work and teaching career at this level of education. Therefore, this study sought to characterize the process of expansion of higher education in the context of the attempt to reform higher education engendered in Lula da Silva administrations (2003-2010) and its repercussions on the work and practice of teaching at the University. To do so, it started from a deepening of the documental corpus of the mentioned period and was also supported by a state of knowledge survey carried out in the ANPEd Annals with a view to identifying the impact of higher education policies on teaching practice. As a result of this project to expand higher education, it is possible to notice the impacts on work and teaching practice, a marked precariousness of working conditions and, also, a distance from the spaces of class organization.

Keywords: Higher Education Policies. Expansion of Higher Education. Teaching Practice.

-
- 1** Doutora em Educação (USP). Docente da Unidade Acadêmica Especial de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de Jataí – (UFJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7168769883767852>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0614-4481>
E-mail: camila.oliveira@ufj.edu.br
 - 2** Doutor em Educação (UFSC). Docente da Unidade Acadêmica Especial de Educação – Universidade Federal de Jataí – (UFJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1420388241709454>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5808-6730>. E-mail: fernandosantos@ufj.edu.br

Introdução

[...] Este é o nosso ofício,
este é o nosso vício.
Cego enlouquecido,
visão por trevas tomada
insiste em apontar estrelas
mesmo em noites nubladas.
Ainda que seja por nada
Insisto em aponta-las
Mesmo sem vê-las
com a certeza que mesmo nas trevas
escondem-se estrelas [...]
Mauro Iasi¹

Apoiamo-nos nas belas palavras de Mauro Iasi para introduzir este texto considerando que debater a Universidade – especialmente nos últimos anos – tem sido “apontar estrelas em noites nubladas”. Em um momento ímpar da história política nacional, da história da educação, da Universidade brasileira e de ataques à Ciência e à formação humana e profissional que se constroem nesse espaço educativo faz-se mister compreender elementos do trabalho docente no que diz respeito especificamente aos rebatimentos da (re)organização deste nível de ensino na prática do professor universitário.

Diante disso, o presente texto intenta realizar um exercício teórico de articular duas pesquisas voltadas à temática do Ensino superior brasileiro.

A primeira pesquisa² objetivou avaliar a proposta de reforma da Educação Superior e seus desdobramentos em políticas educacionais (nas Universidades Federais), organizada e levada a cabo pelos governos da Estratégia Democrático-Popular (EDP) do Partido dos Trabalhadores entre o período de 2003 a 2010.

Em parte significativa do corpus documental da pesquisa, predominou o conceito de “reforma da educação superior”. Contudo, em nossa perspectiva, o que ocorreu na Educação Superior nos governos petistas foi um processo de “contrarreforma”, nomenclatura que destaca a necessidade de uma avaliação crítica do processo que ainda está em curso.

Por sua vez, em outra linha, a segunda pesquisa³ procedeu um estado do conhecimento das pesquisas sobre o docente universitário apresentadas no Grupo de Trabalho (GT) – 4 Didática da ANPEd entre 2002 -2015. A expectativa final do estudo foi contribuir para o avanço na produção científica sobre docência no ensino superior mapeando o arcabouço produzido especialmente por pesquisadores da área de Didática, visto que esta tem nas relações ensino-aprendizagem seu objeto central.

Tal desafio – de articulação teórica - se justifica na medida em que é necessário compreender o trabalho que se realiza na Universidade em perspectiva de totalidade, identificando esse labor como síntese de múltiplas determinações e rompendo com os princípios a partir dos quais se postula que há uma relação lógico-formal de determinação entre uma política e a prática ou entre a formação docente e a prática. Nesse ínterim, as pesquisas podem dialogar posto que apresentam múltiplas dimensões que conformam o trabalho desse profissional.

Partindo dessas premissas, buscou caracterizar o processo de expansão do ensino superior no contexto da tentativa de reforma da educação superior engendrada nos governos Lula da Silva (2003-2010) e seus rebatimentos no trabalho e prática docentes na Universidade.

Para isso, num primeiro momento, as evidências indicam um processo de expansão do ensino superior no contexto da tentativa de reforma da educação superior engendrada nos governos

1 Trecho do poema “Sobre o Ofício de Construir Estrelas e os Riscos das Verrugas”. Disponível em: <https://pedrasepoesias.wordpress.com/tag/mauro-iasi/>. Acessado em: 07 dez 2021.

2 Tese de doutoramento intitulada As universidades federais e a estratégia democrático-popular: heteronomia a serviço do capital (2003-2010), defendida em fevereiro de 2020 no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação da Profa. Dra. Olinda Evangelista.

3 Estágio pós-doutoral realizado junto ao CED/UFSC (2016-2017) sob supervisão do Prof. Dr. Juares Thiesen.

Lula da Silva (2003-2010) refletiu a busca do governo da EDP por um novo modelo institucional, que garantisse a regulamentação da autonomia universitária, referendando aquilo que outrora o Partido parecia rejeitar como padrão das “reformas” do Estado, ou seja, um novo modelo de gestão, incorporando os processos de avaliação e de financiamento baseado nas recomendações dos organismos multilaterais para a construção da universidade do século XXI. Num segundo momento, apontamos como as pesquisas identificadas no estado do conhecimento citado percebem os rebatimentos dessas mudanças (macro) estruturais na prática do docente que atua na Universidade. Por fim, conclui -se retomando esses pontos de partida e registrando algumas perguntadas suscitadas nesse esforço de síntese analítica.

Expansão da educação superior nos governos Lula da Silva: manutenção da contrarreforma prolongada do Estado

Nenhum partido verdadeiramente socialista
cresce fazendo concessões
Florestan Fernandes (2014)

Analisar a história do Brasil é sempre uma tarefa bastante complexa e, portanto, se faz necessário uma apropriar da dinâmica do movimento da realidade concreta sob uma perspectiva histórica que compreenda a formação social do país e sua inserção subalterna ao modo de produção capitalista.

Para uma melhor compreensão do seu desenvolvimento histórico, é necessário refletir sobre uma componente fundamental: a forma política assumida pelo Estado, da sua progressiva inserção na economia capitalista até as suas feições contemporâneas mais profundas do processo de expropriação (FONTES, 2012).

Tendo como referências as formulações de Fernandes (1987), Prado Jr. (1978), Fontes (2012) e Mazzeo (2015) e na busca por uma interpretação rigorosa, coerente e de conjunto, entendemos que o processo de formação do Estado brasileiro e sua inserção no modo de produção capitalista é uma boa chave para compreensão histórica das formas políticas assumidas por suas instituições.

Nessa linha de compreensão, entendemos que as características peculiares da formação do Estado brasileiro, desenvolvimento e inserção subordinada na economia global, sempre foram entrecruzadas por regimes bonapartistas⁴ e ditaduras restritas, consolidando as feições do estado autocrático burguês (FERNANDES, 1987).

O ciclo histórico que marca a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a chegada da Estratégia Democrático-Popular (EDP) ao governo federal pode ser interpretado como um reflexo e consequência da contínua e permanente contrarreforma do Estado.

Entendemos como contrarreforma, em consonância com Behring (2008), o processo de “reformas” do Estado orientadas para e pelo mercado. Esse processo se intensificou a partir dos anos de 1990, com a reestruturação produtiva como expressão política da concepção neoliberal que engendrou planos de ajustes estruturais na dinâmica do funcionamento dos Estado capitalistas.

A implementação desse processo, seja nas economias centrais ou periféricas, refletiam o ideário do “fim da história” incorporado práticas empresariais e de governança que alcançam o funcionamento da máquina estatal.

A exigência de um conjunto de reformas políticas, econômicas e sociais como parte do processo de modernização conservadora do Estado brasileiro na sua inserção subalterna ao modo de produção capitalista também gerou reorientação no campo das experiências de representação política da classe trabalhadora.

4 Nossa compreensão sobre regimes bonapartistas advém especialmente de Florestan Fernandes (2014, p. 79) ao destacar que Karl Marx, em seus estudos sobre as lutas sociais na França, identificou que em momentos decisivos há um limite que “[...]imobiliza as classes burguesas, as impele a bater-se cruamente pela dominação de classe pura e simples e, nos limites extremos, as debilita a ponto de obrigá-las a buscar na ditadura (no bonapartismo) o ‘abre-te sésamo’ de becos sem saída. As classes burguesas estão no Brasil – como sempre estiveram – divididas quanto às soluções essenciais que dizem respeito aos dilemas postos pelo funcionamento da sociedade civil e pela organização do Estado”.

O PT vivenciou essas mudanças estruturais na sua pele, desde o seu embrião no chamado novo sindicalismo até o amadurecimento político, enfrentou dilemas e contradições do processo de reestruturação produtiva e do esgotamento das experiências do socialismo real com novos desafios para a sua sobrevivência funcionamento de sua burocracia interna.

Nossa opção teórico-metodológica para análise do PT, se vincula as formulações de Fernandes (1989) e também em Iasi (2006 e 2012) que destacam o a prática ampla de conciliação e apassivamento da classe trabalhadora, ou seja, uma “democracia de cooptação” como parte intrínseca de sua trajetória – desde a sua constituição à chegada à presidência da república – demonstrada ao longo de um ciclo histórico que teve início ao final dos anos de 1970 e chegou ao seu esgotamento nos primeiros anos da década de 2010.

Das disputas eleitorais até chegada à Presidência da República, o PT percorreu caminhos controversos até a consolidação das mudanças em sua estrutura política organizacional. Essas mudanças alteraram suas formulações estratégicas iniciais e evidenciaram táticas de intervenção na realidade que passaram da possibilidade de radicalização da democracia no Brasil, constante em seus primeiros planos de governo, com formulações de um programa socialista em suas primeiras participações em eleições até a suavização de seu programa em 2002 que caracterizou sua política de conciliação de classes e adaptação aos ditames do Estado burguês.

A gestão da EDP no governo federal e o Partido naturalizaram essa trajetória e as transformações graduais em sua estratégia de tal forma que programa passou a ser difundido como “um grande movimento cultural que vai [iria] além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização de reformas políticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a, p. 5).

A trajetória do PT, ao se afirmar como um partido de esquerda – com alguns traços socialistas, pouca aproximação com a tradição comunista no Brasil, que havia sido praticamente dizimada pelo golpe em 1964, e forte ligação com o pragmatismo e economicismo do novo sindicalismo – levou o partido a se incorporar à estrutura institucional, mantendo postura crítica e em busca de uma formulação teórica que pudesse orientar suas práticas políticas. Destacamos a construção de suas propostas de governo, sobretudo a que elege Lula da Silva, em 2002, Presidente da República pela *Coligação Lula Presidente*, composta pelo PT, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) e pelo Partido Liberal (PL). Este último, o PL, colaborou com o candidato a vice-presidente, José Alencar, industrial mineiro do setor têxtil.

Para o PT e suas principais lideranças, parecia claro que não haveria nenhuma possibilidade de êxito numa eleição presidencial sem a sinalização de que as propostas do partido – “radicalização da democracia” e de “democratização do Estado” – eram mais retóricas políticas do que práticas possíveis para seu programa. A necessidade de se mostrar como alternativa viável para a gestão do Estado resultou na construção de um movimento que permitisse “uma nova coalizão de forças”, capaz de “romper com os sucessivos pactos conservadores”, que dominavam o país há décadas, e um novo pacto nacional em torno do desenvolvimento de reformas necessárias ao capital (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p. 27-28).

Seria possível compreender a Universidade brasileira fora dessa chave da modernização conservadora presente na conformação do Estado e de suas instituições?

Nossa resposta é não. Não é possível compreender a trajetória da universidade brasileira sem a necessária compreensão de que a mesma enfrentou uma contrarreforma prolongada que ceifou, historicamente, toda e qualquer possibilidade autonomia. Nesse sentido, nossa pesquisa indicou que essa instituição, especialmente as Universidades federais aprofundaram ainda mais sua heteronomia no contexto da política de conciliação de classe promovida pelos governos da EDP.

Ao confrontamos os dados emergentes de nossa investigação documental, principalmente aqueles referentes ao PT, associando-os aos conceitos difundidos nos documentos da “reforma”, entre os objetivos anunciados e os desejados – explícitos e implícitos – os quais fizeram parte do projeto de novo marco legal para a Educação Superior, proposto pela EDP, pudemos constatar o que de fato foi implementado e o que foi abandonado.

As diretrizes da contrarreforma da Educação Superior em suas determinações últimas, localizamos aproximações que denunciam que as diretrizes do projeto do governo da EDP estavam

em consonância com a agenda de reformas neoliberais do Estado.

Ao retomarmos as principais categorias⁵ que emergiram da análise documental das políticas públicas para a Educação Superior, foi possível a caracterização de um modelo de universidade que guarda raízes profundas com o Estado brasileiro. A partir da análise desse modelo, que predominou historicamente no Brasil, é que melhor compreendemos as limitações históricas que resultam do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes que estão presentes no ensino superior. Para Fernandes (1979), a criação das escolas superiores baseadas na importação de modelos institucionais externos, mesmo conflitando com a inspiração de liberdade e autonomia, suscitada pelas revoluções burguesas, expirava em terras brasileiras os valores de uma sociedade que mantinha as marcas profundas da tradição patrimonialista e da manutenção de privilégios.

Esse modelo que chega aos anos de 1960, mobilizando estudantes e professores para uma reforma mais ampla, no bojo das reformas de base, foi decepado por uma contrarreforma promovida pela burocracia estatal da ditadura empresarial-militar, com o objetivo de suprimir parte do potencial de criação, de liberdade intelectual e de autonomia. O resultado desse processo foi, como afirma Fernandes, (1979, p. 31), o silenciamento da Universidade brasileira, a esterilização de sua capacidade de contribuir para a solução dos problemas sociais de seu tempo, tornando-a, acima de tudo, histórica e culturalmente heterônoma.

Para Leher (2018, p.178), a “redemocratização” da universidade foi “guiada pelos segmentos (professores, entidades científicas, grupos de pesquisa, dirigentes do aparato da ciência e da tecnologia)” que cuidaram, e deram continuidade às práticas heteronômicas instituídas pelo projeto da ‘modernização conservadora’ na universidade pública”, mesmo com o fim da ditadura. A ausência de autonomia que permeia a conformação social brasileira e que é referenciada no aporte teórico de Fernandes (1979), Lima (2004, 2006 e 2007) e Leher (2010 e 2018), mostrou-se enraizada no Sistema Federal de Educação Superior, o qual manteve-se com os laços históricos que reforçam sua condição de subalternidade.

No contexto de superação das heranças de governos anteriores, o PT e o governo Lula da Silva propuseram seu projeto de reforma da Educação Superior, tendo em vista a “reinvenção” e transformação da Universidade brasileira para romper com as amarras da dependência e resgatar, pela regulação do Sistema Federal de Educação Superior, o papel do Estado como indutor de políticas públicas (SANTOS, 2020). Entretanto, o governo da EDP acertou no seu contrário, ou seja, investiu em um modelo de universidade operacional que repete a mesma estratégia utilizada na privatização de empresas e serviços estatais, como afirmam Martins e Neves (2004), adotando medidas que visavam desde a captação de recursos extra-orçamentários e nova regulamentação jurídica até a atomização do modelo de gestão. Tais medidas abriram, de forma definitiva, as portas das universidades públicas, em especial as das universidades federais para a sua subordinação aos interesses do capital financeirizado.

Rebatimentos das condições políticas-estruturais na prática docente

Tomando por base o contexto de mudanças descrito e analisado anteriormente, serão apresentados alguns (possíveis) rebatimentos desse processo na prática do docente que atua na Universidade.

Como dito, para tanto, serão abordados resultados do estado do conhecimento que tratou de identificar e categorizar as pesquisas sobre o docente universitário no GT 4 - Didática da ANPEd

5 Para Netto e Braz (2012), a crítica da Economia Política configura-se no estudo das relações sociais que os homens estabelecem na produção dos bens que asseguram a manutenção e a reprodução da vida social. É da análise histórica do seu objeto que a Economia Política extrai as categorias fundamentais para a investigação da realidade concreta. Para isso a sua apreensão deve ser compreendida num duplo sentido: ontológico e reflexivo (ou intelectual). É ontológica devido à sua existência real, histórico-concreta, pois categorias possuem formas, modo de existência do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida da sociedade, independentemente do conhecimento que os homens tenham sobre ela. A reflexão, o pensamento racional, na análise teórica, compreende a necessidade de os homens tomarem consciência delas a partir da apreensão de suas estruturas fundamentais (a essência) e da visibilidade imediata que apresentam (aparência). Somente a partir desse duplo movimento é possível reproduzi-las no seu dinamismo e nas suas relações, não mais como recorte conceitual, mas como produto do pensamento, tomando a forma de categorias reflexivas.

entre 2002 - 2015⁶.

O plano de trabalho da pesquisa teve como hipótese, em decorrência de estudos anteriores (OLIVEIRA, 2013⁷), que duas dimensões do trabalho docente na Universidade que poderiam ser contempladas nas pesquisas em Didática sobre o tema estariam relacionadas aos: i) Contextos políticos do trabalho docente, ressaltando elementos muito singulares do período como políticas educacionais de expansão, o Programa de reestruturação das Universidades Federais (REUNI), o financiamento estudantil, dentre outros; ii) condições de trabalho docente: destaque para aspectos externos e internos à sala de aula universitária e seus reflexos no trabalho do professor e iii) dimensão histórica da constituição dos modelos de Universidade e o trabalho docente: estudos que apontassem as modificações históricas e diferentes sentidos atribuídos na Universidade e o papel do professor nesse cenário.

Nessa linha, a pesquisa apontou que houve - no período pesquisado - um número significativo⁸ de trabalhos publicados e apresentados no GT 4 que tinham como objeto de estudos a docência universitária. Contudo, as hipóteses iniciais foram refutadas e os trabalhos sobre o docente que atua no ensino superior foram divididos em duas grandes categorias: i) formação desse docente (com temáticas girando em torno dos saberes, identidade, formação inicial e continuada, formação em bacharelado versus licenciatura, programas institucionais de apoio a docência universitária) e ii) prática profissional (gestão de sala de aula, metodologias de ensino, avaliação do ensino-aprendizagem).

Aqui, ocupamo-nos desse segundo grupo de textos e depreende-se que o debate dos aspectos extra- sala de aula ou mesmo que orbitam sobre a Universidade e à ela determinam sua estrutura e funcionamento são minimizadas ou, até mesmo, negligenciadas. Há pouquíssima menção às condições de trabalho e elementos político-organizativos que condicionam a prática do professor.

Em alguns manuscritos, é possível pontualmente destacar esta interlocução, como no trabalho de Pinto (2005, p.11)

A intensificação do trabalho dos professores, o excesso de estudantes em cada turma, o número grande de turmas que precisam assumir são fatores que dificultam uma proximidade mais efetiva entre eles e seus alunos. Conhecer seus nomes já é uma façanha. Identificar suas particularidades e situações contextuais torna-se bastante difícil. Mesmo assim, os professores reconhecem a importância de superar esses entraves. Percebem que, quando se aproximam dos alunos acionando afetividades, as condições para ensinar e aprender se tornam mais efetivas. (Grifo nosso).

Rivas e Casagrande, ao discutirem o desenvolvimento profissional desse docente, contextualizam o trabalho na Universidade identificando alguns elementos que o forjam, ao afirmarem que

A massificação e progressiva heterogeneidade dos alunos, a redução de investimentos, nova cultura de qualidade, novas orientações na formação, incorporação de tecnologias

6 O detalhamento sobre a justificativa para a escolha deste suporte e o recorte temporal, dentre outros, pode ser consultado em: OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de. Balanço das pesquisas sobre o docente do Ensino Superior: estado do conhecimento nos Anais da ANPEd entre 2002 – 2015. Anais da 38. reunião anual da ANPEd. São Luis, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT04_997.pdf. Acesso em 30 mai 2021.

7 OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de. O que os estudantes universitários pensam sobre seus professores?: um estudo sobre os professores dos cursos de licenciatura do campus Jataí da Universidade Federal de Goiás. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

8 Aproximadamente 30% dos trabalhos (OLIVEIRA, DE NEZ e THIESEN, 2020).

de comunicação e informação e novos sistemas de gestão constituem-se em elementos basilares neste atual cenário universitário (2005, p. 01)

Broilo (2006) pontua que a formação do docente na Universidade precisa tomar como base a mudança nesse perfil formativo-profissional e as questões estruturais que a determinam

Os tempos atuais refletem a necessidade de que o professor universitário passe de especialista para um professor intelectual público e transformativo, preocupado com a aprendizagem do aluno, questionador do seu ensino, criador de conhecimentos, **envolvido com as questões sociais e políticas da universidade, preocupado em desenvolver uma práxis comprometida com as alternativas de vida.** (p.12. Grifo nosso)

Por seu turno, Sordi e Merlin (2007) abordam uma temática muito específica: a organização espacial da Universidade e seus efeitos sobre o projeto pedagógico dos cursos. Ponderam que esta organização não se dá isolada das concepções políticas da Universidade:

Temos observado uma alteração nas formas de produção e utilização dos espaços existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) e isso interfere no engajamento de professores e estudantes na vida institucional. Se o espaço influencia as relações de intersubjetividade dos sujeitos protagônicos do PPP, convém indagar se a forma de planejamento espacial que temos observado é mero acidente ou revelação de um projeto educativo assentado no individualismo, na competitividade, na atomização das pessoas com repercussões sociais previsíveis. Desvelam-se aqui os imbricamentos entre espaço arquitetônico e espaço político. Qual o compromisso social daqueles que deliberam sobre a questão dos espaços? (p.01. Grifo nosso)

Inez (2007) denota que as políticas e práticas avaliativas na educação superior sofrem uma ação de reciprocidade não se limitando, portanto, àquilo que está circunscrito à sala de aula e, ao dar voz aos professores, relata que

É possível afirmar que há consenso sobre a necessidade e a importância dos padrões e indicadores de qualidade, assim como sobre a questão da singularidade do referente. Ou seja, ainda que se pautem em parâmetros gerais, a avaliação de uma instituição somente terá sentido se tomar a própria instituição como seu referencial.

Tem-se, então, um indicativo de que a avaliação precisa se pautar, também, nos aspectos técnicos, no aprimoramento de instrumentos e processos de análise de dados e informações que a torne mais complexa e mais próxima da realidade a ser avaliada. Além disso, **outros aspectos constitutivos das realidades das instituições**, evidenciados nas reflexões dos professores, pertencem ao universo da cultura escolar e da cultura da escola (p.16)

Fagundes, Broilo e Forster (2009), ao apontarem caminhos para a construção de uma docência universitária, apresentam um breve contexto histórico da Universidade - no geral e o caso brasileiro e Mazzili (2008), em texto sobre o papel da orientação na formação de pesquisadores em

educação, resgata as mudanças na pós-graduação nos últimos 20 anos e os impactos no processo de orientação.

Ao abordar as representações profissionais sobre o trabalho docente, Abdalla (2009) evidencia diretamente a precarização, sobrecarga e desprofissionalização pela qual passa o trabalho docente na Universidade

Alguns aspectos apontados por eles já foram bastante destacados, tais como: a desvalorização profissional, por conta do rebaixamento salarial das últimas décadas; a intensificação do trabalho docente como consequência do aumento das funções no trabalho docente e da ampliação das jornadas de trabalho; uma perspectiva administrativa e burocrática que exige cada vez mais dos professores; a desqualificação da formação profissional; a instituição de novas formas de regulação e controle. [...]

Também, percebemos que foram apontados outros indicadores, tais como: a falta de condições para uma formação continuada, para a tal da “atualização”; o ambiente e o clima de trabalho, que nem sempre é ideal; a ausência de um tempo mais amplo para organizar e gestar as práticas (p.11)

Apesar de não apresentar diretamente a intersecção entre as políticas educacionais para este nível de ensino e a prática do docente, a autora dá indicativos que as representações que se constroem sobre esse trabalho são subsumidas pelas elementos externos que a conformam e que, neste momento histórico, podem ser determinadas por um processo de precarização e intensificação as quais, por sua vez, relacionam-se diretamente com o processo de expansão e (tentativas) de reformas do ensino superior.

O trabalho de Fernandes, Hoepers e Silva (2011) debruçou-se sobre o trabalho que se realiza nos contextos dos Institutos Federais de Educação e, após apresentar as condições de expansão desta Rede nos últimos anos, também dá voz aos docentes e indaga:

Diante da expansão, questionam: 400 mil vagas – 400 ‘novos’ professores – Professores? Diante desse quadro, perguntamos: – **quais as ‘reais’ condições para o exercício da docência em que se encontram esses professores? O que dizem sobre a sua condição de trabalho?** (2011, p. 01. Grifo nosso)

Na linha do trabalho de Abdalla (2009), esta publicação também relaciona àquilo que acontece na prática docente com aspectos (macro) estruturais ainda que indiretamente. Não sonega ou omite o fato de a prática articular-se a dimensões que se sobrepõe à sala de aula.

Por fim, dos trabalhos envolvendo o docente universitário no GT 4, o de Flores e Dalben (2015), que aborda a percepção dos professores de uma Universidade brasileira e outra brasileira sobre a docência universitária, apresenta uma contextualização geral sobre a Universidade e também o perfil dos docentes que atuam neste nível de ensino. Sobre esse segundo aspecto, apontam que o trabalho do docente na Universidade

Trata-se de uma profissão que tem apresentado um comportamento demográfico de envelhecimento em termos mundiais e mostrado cada vez mais segmentada e diferenciada. Portanto, é quase impossível tratar da profissão como um todo. (p.02).

Os autores destacam, dessa forma, que a profissão não é homogênea levando-nos a aludir que - dadas as condições político-estruturais - o desenvolvimento profissional e os sentidos atribuídos à profissão são historicamente produzidos e adaptados.

Ao escavar os rebatimentos das condições político-estruturais sobre a prática do docente universitário presentes nos trabalhos sobre esse profissional publicados no GT 4 da ANPEd, recorreremos a Romanowski e Ens (2006) ao defenderem a relevância desse procedimento de pesquisa. Nas palavras das autoras:

O interesse por pesquisas que abordam “estado da arte” deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p.38-39. Grifo no original).

De posse da assertiva das autoras, justifica-se a realização do estado do conhecimento como descrito visto que foi possível identificar as condições da produção do conhecimento na área.

Um primeiro elemento relevante na produção do conhecimento na área de Didática revelado no estudo refere-se diretamente ao objeto da área. Compreende-se, nas palavras de Oliveira e André (2003, p. 03), que “Existe atualmente um consenso de que a Didática, como área de estudo, focaliza o processo de ensino ou a ação docente, cujas diferentes concepções expressam diferentes teorias, tendências e posições na área” e, nestas condições de conformação do objeto da Didática, seria “natural” ou esperado que as publicações em um GT dessa natureza estivesse voltado aos aspectos específicos sobre o ensino-aprendizagem, considerando a pluralidade de ideias sobre o tema.

Contudo, esta mesma hipótese – de que trabalhos que articulassem a prática docente a aspectos político- estruturais não seriam atinentes ao GT- contradiz a afirmação das mesmas autoras quando, ao apresentarem princípios basilares da Didática fundamental, destacam:

[...] *multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem*, ressaltando a necessidade de articular as dimensões humana, técnica e sociopolítica do fenômeno educativo; *análise da problemática educacional concreta*, ou seja, da realidade do dia-a-dia escolar; *contextualização da prática pedagógica*, relacionando as questões do ensino com o contexto geral da educação; *explicitação e análise dos pressupostos* que fundamentam as diferentes abordagens de ensino [...] (OLIVEIRA e ANDRÉ, 2003, p.03. Grifo no original).

Parte-se do pressuposto, portanto, que o ensino deve ser analisado à luz do conceito de multidimensionalidade, do qual a dimensão política se destaca dados seus possíveis rebatimentos na organização do espaço escolar. Sendo assim, é de se esperar que as pesquisas registrem em seus resultados algo que ultrapassa a lógica-formal que envolve o trabalho docente e busque articular os aspectos relativos ao ensino ao contexto, seus pressupostos e a “problemática educacional concreta”.

Entretanto, as pesquisas analisadas não dialogam com estes princípios. Dos 58 textos (trabalhos completos e pôsteres) sobre o docente universitário publicados no recorte temporal indicado, apenas 10, de alguma forma, tangenciam dimensões extrassala de aula ou extramuros da Universidade como determinantes para o exercício do profissional que atua nesse nível de ensino.

O que se pretende com esta constatação não é simplesmente proceder uma crítica às pesquisas publicadas pela área, até porque é sabido que este tipo de texto tem limitações relativas à forma, ao conteúdo e que os autores optam por iluminar aquilo que interesse ao suporte no qual

será veiculado. Não obstante, podem ter sido realizados níveis de análise que não puderam ser contemplados nos manuscritos em tela.

A preocupação central é que, ao descolar a prática docente das múltiplas dimensões que a conformam – como as reformas educativas, responsabiliza-se o docente pela “qualidade da educação” ofertada como se bastasse compromisso, profissionalismo, competência técnica e compromisso institucional e com a formação dos estudantes para que os processos de ensino fossem executados sem sobressaltos, nos termos debatidos por Shiroma e Evangelista (2011).

É inegável o papel central do docente na consecução da prática em qualquer nível de ensino. Contudo, é preciso localiza-lo no centro de um processo no qual muitas dimensões confluem e cujo exercício profissional é determinado por um projeto político, neste caso, de Universidade.

Considerações Finais

*[...] Ainda que seja por nada
Insisto em aponta-las
Mesmo sem vê-las
com a certeza que mesmo nas trevas
escondem-se estrelas [...]
Mauro Iasi*

À guisa da conclusão, nos apoiamos novamente nas belas palavras Mauro Iasi, uma vez que o esforço teórico engendrado neste texto – neste contexto de ataques à Universidade e à ciência – reveste-se de um caminho para “buscar estrelas nas trevas” e apontar que pesquisa, produção-socialização do conhecimento e formação humana são – ainda – a especificidade da Universidade pública.

Nesse sentido, o presente texto buscou articular dois estudos que tiveram no Ensino Superior seu objeto de estudos. Sob diferentes referenciais empreendeu a tarefa de articular o debate em torno das políticas de ensino superior em um determinado período histórico às pesquisas produzidas na área de Didática sobre a prática do docente universitário.

O estudo acerca das políticas para a educação superior que a atuação do Partido dos Trabalhadores e da Estratégia Democrático-Popular na contrarreforma de longo alcance na Educação Superior e no Estado.

Os limites e as contradições nos levaram a questionar como o PT, de instrumento de luta da classe trabalhadora, tornou-se um importante braço do Estado na manutenção das bases do modo de produção capitalista em sua feição periférica e dependente, inserida numa nova fase de acumulação na qual o fundo público se torna o garantidor da rentabilidade capitalista.

O transformismo do PT (COELHO, 2005) e sua inflexão ao centro do espectro político converteram-no no exato retrato daquilo que historicamente ele queria (e deveria) negar (IASI, 2006). Não são poucos os estudos que contribuem para a compreensão da disjunção entre aquilo que o PT foi e o que esperávamos que fosse. Os sinais de uma reforma gradual e do pacto conservador (SINGER, 2012) ou mesmo de um reformismo sem reformas (ARCARY, 2014) se fizeram presentes em cada um dos momentos singulares de sua constituição e consolidação como referência política para uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira.

Partindo da análise da produção documental dos governos Lula da Silva (2003-2010) e remissões a documentos historicamente produzidos pelo PT, quanto a sua trajetória e consolidação como partido da ordem na gestão do Estado, identificamos sua participação também no contexto da contrarreforma universitária. As principais manifestações da política educacional para a educação superior no Brasil se vincularam, não apenas à intencionalidade de redesenhar a Universidade brasileira e a sua estrutura de funcionamento correspondente nas Universidades Federais, mas também à maneira pela qual essa contrarreforma se enquadrou nas principais características da histórica modernização conservadora do Estado.

Já o estado do conhecimento realizado no GT 4 – Didática da ANPED revelou que há um número significativo na área que tiveram na docência no ensino superior seu eixo central, porém revelou também que estas pesquisas não conseguem contemplar (ou não revelaram esta informação diretamente nos textos) outras dimensões que forjam esse trabalho, tais como a dimensão política-

estrutural debatida na primeira parte do texto. Esse hiato nas pesquisas aponta para a necessária interlocução dos aspectos intra e escolares/universitários com vistas a compreender a totalidade do trabalho realizado pelo docente.

Defende-se, portanto, o desenvolvimento de outros estudos sobre a Universidade e a docência universitária que rompam com a lógica determinista que reduz o trabalho docente à realidade da sala de aula e aponte para os efeitos dos outros elementos sociais, políticas, econômicos, históricos e educacionais que tem implicações para a precarização do trabalho e o arrefecimento das organizações coletivas de classe e para a hipervalorização do individualismo, da competitividade e da (auto)responsabilização dos profissionais professores no ensino superior.

Referências

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **Representações profissionais sobre o trabalho docente**. Anais da 32. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2009. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/8_representacoes_profissionais_sobre_o_trabalho_docente.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas** – uma crítica marxista ao governo Lula, em defesa da revolução brasileira. 2.ed. São Paulo, Sundermann, 2014.

BROILO, Cecília Luiza. **(Con)formando o trabalho docente: a ação pedagógica na Universidade**. Anais da 29. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT04-1665--Int.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado em História, ICH/UFF, Niterói, 2005.

FAGUNDES, Maurício César Vitória; BROILO, Cecília Luiza e FORSTER, Mari Margarete dos Santos. **É possível construir a docência universitária? Apontamos caminhos**. Anais da 32. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2009. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/e-possivel-construir-docencia-universitaria-apontamos-caminhos>. Acesso em: 16 abr. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** 2.ed. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação** – o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Sonia Regina de Souza; HOEPERS, Idorlene da Silva e SILVA, Jamile Delagnelo Fagundes da. **A complexidade do trabalho docente no contexto dos Institutos Federais de Educação: vozes de um campus do IFC**. Anais da 34. reunião científica da ANPEd. Natal, 2011. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/complexidade-do-trabalho-docente-no-contexto-dos-institutos-federais-de-educacao>. Acesso em: 16 abr. 2016.

FLORES, Maria José Batista Pinto; DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **A percepção dos professores de uma Universidade pública no Brasil e na Argentina sobre a docência universitária**. Anais da 37. reunião científica da ANPEd. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br>

org.br/biblioteca/item/percepcao-dos-professores-de-uma-universidade-publica-no-brasil-e-na-argentina-sobre. Acesso em: 16 abr. 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio (et.al) (org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012a, p. 285-317.

INEZ, Ana Marta Aparecida de Souza. **Vozes docentes nas políticas e práticas de avaliação da educação superior**. Anais da 30. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3736--Res.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

LEHER, Roberto. A educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. - Rio de Janeiro: Garamond, 2010a.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMA, Katia Regina de Souza. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004a.

LIMA, Katia Regina de Souza. Capitalismo dependente e “Reforma Universitária Consentida”: a constituição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, Angela C de.; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006a.

LIMA, Katia Regina de Souza. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley(org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

MAZZILLI, Sueli. **O papel da orientação na formação de pesquisadores em educação**. Anais da 28. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2008. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt04-4942-int.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales e ANDRÉ, Marli E. d. Afonso de. A prática do ensino de didática no Brasil: introduzindo a temática. SILVA, Marilda da (org.). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: caderno de didática**. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2003. p. 1-10.

OLIVEIRA, Camila Alberto V. de; DE NEZ, Egeslaine e THIESEN, Juarez da Silva. Práticas de ensino na universidade: saberes, aprendizagens e experiências. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.8 - 2020. p.575- 586.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002** – Coligação Lula Presidente. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil** – Lula 2002. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: PT, 2002b.

PINTO, Maria das Graças C. da S. M. Gonçalves. A docência na educação superior: saberes e identidades. Anais da 28. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2005. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/docencia-na-educacao-superior-saberes-e-identidades-0>. Acesso em: 16 abr. 2016.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha e CASAGRANDE, Lisete Diniz Ribas. **O desenvolvimento profissional e os novos espaços formativos na Universidade**: desafios e perspectivas para a docência superior. Anais da 28. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2005. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-desenvolvimento-profissional-e-os-novos-espacos-formativos-na-universidade-0>. Acesso em: 16 abr. 2016.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais. v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SANTOS, Fernando Silva dos. **As universidades federais e a estratégia democrático-popular/heteronomia a serviço do capital (2003-2010)**. 2020, 235 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020 Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PEED1498-T.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SHIROMA, Eneida Oto e EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan./jun. 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SORDI, Mara Regina Lemes e MERLIN, José Roberto. **A tradução dos sentidos da linguagem espacial no projeto pedagógico dos cursos de graduação**. Anais da 30. reunião científica da ANPEd. Caxambu, 2007. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/3_resumo_2007.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

Recebido em 18 de janeiro de 2022.
Aceito em 25 de janeiro de 2022.